

**Resenha:** CANDAU, Vera (org.). *Diferenças culturais e Educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, 212p.

**Autora:** Lucía Alvarez, licenciada em Letras pela UFPR e mestranda em Educação Brasileira pela PUC-Rio.

*Educação em Direitos Humanos e Educação Intercultural* são expressões que frequentemente estão presentes nos discursos que nos rodeiam, principalmente quando somos da área da Educação. No entanto, isso não significa que saibamos exatamente de que se trata e de que maneira essas modalidades podem ter influência sobre o nosso trabalho cotidiano e seus resultados junto às crianças e adolescentes que educamos. Em uma breve busca no *google*, vemos que ambas têm um número considerável de entradas e – surpresa! – uma série de textos bem estruturados e de fato informativos à disposição. Acontece que, ao procurar juntar informações de diferentes fontes, nos deparamos com o problema exposto por Vera Candau já logo no primeiro capítulo do livro por ela organizado, *Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos* - uma ampla polissemia rodeia essas categorias. Nesse sentido, a obra da presente resenha é um guia importante, que expõe claramente a multiplicidade de significados para procurar traçar uma linha coerente de confluência entre a importância da educação em direitos humanos e seu desenrolar através de práticas pedagógicas interculturais.

É interessante desde logo ressaltar que são nove artigos formulados a partir de pesquisas realizadas pelo GECEC (Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas – vinculado ao Departamento de Educação da PUC-Rio) entre os anos de 2009 e 2010. Se, por um lado, isso conduz a uma inevitável recorrência de referências – vemos nomes de pesquisadores como Stuart Hall, Peter McLaren, Paulo Freire, Catherine Walsh, Reinaldo Matias Fleury e a própria Vera Candau reiteradamente nas páginas finais de cada capítulo – por outro, isso permitiu que, por meio de competente organização desses textos, o leitor tenha uma visão mais completa sobre os assuntos em questão, uma vez que as referências compartilhadas não necessariamente significaram repetição de ideias. Nos primeiros quatro capítulos, nos deparamos com textos mais voltados à definição teórica da interculturalidade

em justaposição a diferentes questões relevantes na América Latina atualmente: os direitos humanos, os resquícios do colonialismo, o racismo e a busca identitária. Nos capítulos seguintes, encontramos textos mais dedicados a descrições e análises empíricas: de que maneira a produção acadêmica está se desenvolvendo e, conseqüentemente, contribuindo para essas causas; as ações afirmativas e seus efeitos; as políticas públicas em torno de questões de sexualidade; as representações de professores quanto à igualdade e diferença; e, finalmente, o cotidiano de crianças negras em uma escola pública.

Como mencionado acima, no primeiro capítulo temos a “abertura do seminário”, com Vera Candau situando o leitor em relação à concepção de educação em direitos humanos que será levada em conta dali em diante. Para isso, a pesquisadora se remete ao balanço crítico feito pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica) no final dos anos 90 em conjunto com sete países latino-americanos, que – após realizar estudos de caso em cada um desses países sobre o assunto em questão – chegou a uma espécie de agenda para os anos 2000. Pontos críticos a serem trabalhados seriam a formação de sujeitos de direito, desarticulando noções paternalistas, patrimonialistas e autoritárias muito arraigadas em nossas culturas; o favorecimento de processos de empoderamento, valorizando atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade; e os processos de transformação necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas, notadamente o “educar para o nunca mais”, visando um resgate da memória histórica e o rompimento da cultura do silêncio e da impunidade, ainda muito presentes em países de redemocratização recente. O que Candau nos mostra, porém, é que embora os direitos humanos tenham surgido como um marco da modernidade, hoje eles precisam se adaptar a questões muito mais plurais, rompendo com a ideia de igualdade como negação das diferenças. Assim, para além das formas de enfrentamento da diversidade descritas por Skliar e Duschatzky – o outro como fonte de todo o mal (dicotomia), o outro como sujeito pleno de um grupo cultural (essencialismo) e o outro como alguém a tolerar (conciliação) – a autora sugere que o ideal seria a articulação entre igualdade e diferença, por meio de uma perspectiva intercultural. Remetendo-se ao multiculturalismo crítico de

McLaren, ela enfatiza que essa perspectiva supõe uma deliberada inter-relação entre diferentes grupos culturais, procurando uma *educação para a negociação cultural*, na qual os conflitos de poder entre diferentes grupos favoreceriam a *construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas*. Fica assim estabelecido, de maneira a ainda ser fortalecida, o vínculo entre educação em direitos humanos e interculturalidade, que permeará os capítulos a seguir.

No capítulo seguinte, de Ivanilde Apoluceno de Oliveira, temos a aproximação da proposta de educação popular de Paulo Freire ao conceito de interculturalidade apresentado acima. Mais que isso, procura-se demonstrar como a educação popular faz parte da gênese histórica da interculturalidade na educação brasileira. Para isso, Oliveira vai, paulatinamente, apresentando as características e categorias fundantes da educação proposta por Freire para logo evidenciar o paralelo com as propostas da interculturalidade. Vemos, assim, como mesmo antes dos anos 90 – em que ele passou a trabalhar mais intensamente com as questões do multiculturalismo – a problematização da estrutura social e das relações de poder, o foco em pessoas em posição subalterna e a preocupação com a exclusão já se demonstravam muito conformes com a ideia de uma *negociação cultural*. Desta mesma forma podemos considerar a centralidade da *cultura*, mesmo na especificidade de sua abordagem, que procura dissolver as diferenças entre cultura popular e erudita, a alteridade e o empoderamento e a importância do diálogo. Sem mencionar o termo *educação em direitos humanos*, as associações expostas no artigo evidenciam um elo claro entre esta e a educação popular de Freire, uma vez que a quebra dos processos de opressão – objetivo da educação popular – busca a humanização, a possibilidade de ser um sujeito de história, de cultura e – neste contexto – de direito.

O terceiro artigo, fruto de uma parceria entre Candau e Kelly Russo, procura trazer à luz de que maneira o termo *interculturalidade* surgiu na América Latina e aqui se desenvolveu. Tem-se assim uma breve história do termo e das práticas que o envolvem: desde os primórdios da educação escolar indígena ao desenrolar das ações de movimentos negros, com as atuais leituras alternativas do processo histórico vivido, demandas de

reparação e as políticas de ação afirmativa, recentemente incorporadas por vários Estados. Volta-se a mencionar a educação popular freiriana e a incorporação gradual – e bastante irregular – da perspectiva intercultural nas políticas públicas na área de educativa após o reconhecimento, em várias Constituições latino-americanas durante os anos 80 e 90, do caráter multiétnico de suas sociedades. O que salta aos olhos e torna essa curta história realmente interessante é a introdução de algumas propostas do grupo Modernidade/Colonialidade, que vêm a ser aprofundadas no artigo seguinte, de Luiz Fernandes de Oliveira, também em parceria com Candau.

É por meio das ideias desse grupo de pesquisadores que os autores vão justificar a interculturalidade não como um processo ou projeto étnico, mas sim como um projeto de existência. Vemos já no nome do grupo que ele está em conformidade com a ideia de Candau de que a interculturalidade seria um meio de superar a modernidade inerente à proposta dos direitos humanos: mostrando que a modernidade está fortemente ligada ao colonialismo e à colonialidade (de maneira bastante fortemente resumida, a colonialidade seria o padrão de poder resultante do colonialismo, que temos até hoje, permeando toda uma forma de pensar e organizar o mundo), fica evidente que é necessário estabelecer novos padrões epistêmicos para ir além dos dualismos modernos, que permitem apenas exclusão ou assimilação. Chega-se assim a um acervo considerável de noções que guiarão, nos capítulos seguintes, pesquisas mais empíricas.

Após a revisão da produção do GT de Educação Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) realizada por Candau e Susana Beatriz Sacavino – parte fundamental para um livro básico, essencial – Daniela Frida Drelich Valentim apresenta, no quinto capítulo, um estudo sobre as políticas de ação afirmativa referentes a negros nas universidades, mostrando de que maneira os movimentos sociais tiveram forte influência no sentido de expor as desigualdades existentes e como se desenrolou a gradual incorporação de ações afirmativas como as cotas ou o sistema de acréscimo de pontos, além de programas como o ProUni e o FIES. Seguindo essa mesma linha, de foco em uma minoria especificamente – um dos grupos a ser empoderado –, Alexandre Bortolini analisa (no sétimo

capítulo), através de fichas de inscrição de gestores em cursos e programas vinculados à diversidade sexual, que motivos e perspectivas levam coordenadores, diretores e orientadores de escolas públicas do Rio de Janeiro a procurar mais informação e novos aportes às questões de sexualidade. Assim, mostra que a visibilidade cada vez maior de jovens com performances de gênero dissonantes da “norma” é algo que causa um mal-estar mobilizador. Por outro lado, ele evidencia também que esses jovens ainda não são sujeito das políticas públicas em questão, sendo vistos apenas como beneficiados de possíveis transformações causadas pelos profissionais da educação.

Nos dois últimos capítulos, encontramos estudos de campo desenvolvidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental: enquanto Adélia Maria Nehme Simão e Koff *et alli* se concentraram, por meio de um grupo focal, nas representações sobre igualdades e diferença de algumas professoras, Sara Moitinho escreveu sobre sua pesquisa etnográfica com crianças negras em uma escola estadual no Rio de Janeiro. São exemplos de trabalhos de natureza empírica realizados pelo GECEC.

Por se tratar de uma coletânea de artigos, é bastante provável que o leitor vá se concentrar naqueles que lhe sejam de interesse mais imediato; é interessante, no entanto, notar que o livro está organizado de maneira muito lógica e didática, apresentando primeiramente suas bases teóricas, coerentemente expostas de maneira cada vez mais aprofundadas, e posteriormente trabalhos mais específicos, voltados para aspectos mais recortados do tema. Tendo isso em conta, o livro se torna uma obra significativa para quem se interessa pelas questões concernentes à educação em direitos humanos e à interculturalidade e está se aproximando do campo.